

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE CAMPINAS

FORO DE CAMPINAS

1ª VARA CÍVEL

Avenida Francisco Xavier de Arruda Camargo, 300, Salas 40/41 - Jardim Santana

CEP: 13088-901 - Campinas - SP

Telefone: (19) 3756-3650 - E-mail: campinas1cv@tjsp.jus.br

CONCLUSÃO

Aos 25 de novembro de 2019, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara Cível da Comarca de Campinas, **Dr. RENATO SIQUEIRA DE PRETTO**. Eu, Renato Siqueira De Pretto, Juiz de Direito, subscrevi.

SENTENÇA

Processo nº: **1028692-48.2017.8.26.0114**
 Classe - Assunto: **Recuperação Judicial - Liquidação**
 Requerente: **Quanta Brasil Importacao e Exportacao Ltda.**
 Tipo Completo da Parte Passiva Principal: **Nome da Parte Passiva Principal << Informação indisponível >>**
 << Informação indisponível >>:

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **RENATO SIQUEIRA DE PRETTO**

Autos nº 2017/001612.

VISTOS.

Trata-se de ação de recuperação judicial movida por **QUANTA BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA**, embasada na petição inicial de fls. 01/34.

Às fls. 203/207, deferiu-se o intento da autora de recuperação judicial.

Às fls. 1039/1049, a Recuperanda pugnou pela convalidação da recuperação judicial em falência, a despeito dos esforços empreendidos durante 02 (dois) anos na tentativa de soerguimento da empresa.

A Administradora Judicial manifestou-se no sentido de estar caracterizada a hipótese de convalidação da recuperação judicial em falência (fls. 1055/1058). No mesmo sentido, a cota ministerial de fls. 1061.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE CAMPINAS

FORO DE CAMPINAS

1ª VARA CÍVEL

Avenida Francisco Xavier de Arruda Camargo, 300, Salas 40/41 - Jardim Santana

CEP: 13088-901 - Campinas - SP

Telefone: (19) 3756-3650 - E-mail: campinas1cv@tjsp.jus.br

É o relatório. Fundamento e decidido.

De acordo com o que se extrai dos autos, não vem a autora dando cobro às determinações elencadas no plano de recuperação homologado às fls. 972/976.

Na espécie, a empresa autora não só confessou e comprovou que estava em grave crise financeira e econômica, como ainda confessou que não possui condições para dar continuidade a sua atividade empresarial.

Nesse vértice, considerando os documentos acostados, mister o acolhimento do pleito da Autora de autofalência. A pessoa jurídica deixa clara a sua incapacidade de cobrir suas despesas administrativas, pessoais, financeiras e aquelas vinculadas com seus credores. Isso porque empresas que não geram empregos, rendas, tributos, nem façam circular riquezas, serviços e produtos, não cumprem a sua função social e, portanto, não se justifica mantê-las, ainda mais quando trazem graves prejuízos à economia popular e aos credores trabalhistas. Não é plausível manter a existência de uma empresa que já confessou não ter condições de perseguir seu objeto social.

A respeito, o escólio de Ricardo Tepedino:

“(…)O TJSP, mais recentemente, reformou sentença (e concedeu antes medida cautelar mandando lacrar o estabelecimento do requerente) que também rejeitara a autofalência fundada na falta de documentos exigidos pela lei, observando o aresto que o juiz não devia e nem podia aferrar-se aos engravos do formalismo” para deixar ao desamparo interesses mais relevantes, que seriam prejudicados com a dilapidação patrimonial que já vinha ocorrendo”. (Tepedino, Ricardo. Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falências, Paulo F. C. Salles de Toledo e Carlos Henrique Abrão. 5º ed. Saraiva).

Por isso, em virtude da inviabilidade de manutenção da empresa, cujo empresário possui longa lista de débitos e não apresenta plano viável para recuperação judicial, acolho o pleito, fazendo ressalva à necessária apuração de eventuais irregularidades.

Pelo exposto, **DECRETO a FALÊNCIA** da empresa **QUANTA BRASIL**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE CAMPINAS

FORO DE CAMPINAS

1ª VARA CÍVEL

Avenida Francisco Xavier de Arruda Camargo, 300, Salas 40/41 - Jardim Santana

CEP: 13088-901 - Campinas - SP

Telefone: (19) 3756-3650 - E-mail: campinas1cv@tjsp.jus.br

IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, fixando o termo legal em 90 dias contados do requerimento inicial. Consequentemente, determino:

1) Nomeação, como administradora judicial ACFB ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA, que deverá prestar compromisso em 48h e promover pessoalmente, com sua equipe, a arrecadação de bens, documentos e livros, bem como a avaliação dos bens, separadamente ou em bloco, no local em que se encontrem, sem necessidade de mandado e autorizado o acompanhamento da diligência pelos órgãos competentes e o uso de força em caso de resistência, servindo cópia dessa sentença, assinada digitalmente, como ofício;

2) Suspensão de ações e execuções contra a falida, com as ressalvas legais;

3) Proibição de atos de disposição ou oneração de bens da falida, com expedição das comunicações de praxe;

4) Anotação junto à JUCESP para que conste a expressão “falida” nos registros e a inabilitação para atividade empresarial, formando-se um incidente específico para ofícios e informações sobre a existência de bens, direitos e protestos;

5) Expedição de edital, na forma do parágrafo único do artigo 99 da Lei nº 11.101/2005, após o cumprimento do item 7, "a", em que constem as seguintes advertências: a) no prazo de 15 dias as habilitações ou divergências deverão ser apresentadas diretamente ao administrador judicial, no seu endereço constante nos autos, ou por meio do endereço eletrônico, e de que as habilitações apresentadas nos autos digitais não serão consideradas; b) na ocasião da apresentação das habilitações e divergências, os credores deverão indicar dados completos de conta bancária (nome do titular da conta, número do CPF/CNPJ do titular da conta, número da agência e da conta bancária) para que, conforme previsão do artigo 1.113, § 3º, 4º e 5º das NSCGJ/TJSP (PROVIMENTOS nº 50/1989 e 30/2013), possam receber eventuais valores através da prévia expedição de ofício ao banco; c) ficam dispensados de habilitação os créditos que constarem corretamente do rol eventualmente apresentado pelo falido;

6) Intimação do Ministério Público, comunicação por carta às Fazendas Públicas e



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE CAMPINAS

FORO DE CAMPINAS

1ª VARA CÍVEL

Avenida Francisco Xavier de Arruda Camargo, 300, Salas 40/41 - Jardim Santana

CEP: 13088-901 - Campinas - SP

Telefone: (19) 3756-3650 - E-mail: campinas1cv@tjsp.jus.br

publicação do edital, na forma do parágrafo único do artigo 99 da Lei nº 11.101/2005;

7) Intimação dos representantes da falida, pessoalmente, para: a) no prazo de 05 dias apresentar a relação nominal dos credores, observado o disposto no artigo 99, III, da Lei nº 11.101/2005, em arquivo eletrônico, diretamente ao administrador judicial, sob pena de desobediência; b) no prazo de 15 dias, apresentar declarações com as informações previstas no art. 104 da Lei nº 11.101/2005, e entregar os livros contábeis obrigatórios em cartório, para encerramento, sob pena de desobediência.

8) expedição de ofício à JUCESP, aos cartórios locais, à Receita Federal, à ACIRC, aos Correios e às Fazendas Públicas (Federal, Estadual e Municipal), comunicando o teor desta decisão, para as providências cabíveis.

Publique-se, intime-se e cumpra-se.
Campinas, 25 de novembro de 2019.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que inseri o despacho/decisão/sentença/ato ordinatório/nota de cartório acima mencionado na relação de publicação n. _____ em ____/____/____. Eu, Renato Siqueira De Pretto, Juiz de Direito.